

D- ÁREA PROFISSIONAL
DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA

D-04 – DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA

Titulação conferida: Aprimoramento
Supervisora: Dra. Maria Mathilde Marchi

Características: (duração 12 meses)

O Programa de Aprimoramento Profissional em Direito na Área da Saúde é modalidade de ensino de pós-graduação *"lato sensu"*, com a finalidade de promover o conhecimento do direito público na área da saúde e do biodireito.

Com a duração de 1 (um) ano, é dirigido a graduados em ciências jurídicas, destacando-se que deverão ser inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

O estágio será desenvolvido em período integral, no Núcleo Especializado em Direito – NUDI, permitindo ao discente a participação nas seguintes atividades, entre outras:

- ampla defesa jurídica do HCFMUSP em processos cíveis, trabalhistas e penais, perante todos os órgãos jurisdicionais do Estado e em todas as instâncias;
- defesa do HCFMUSP em qualquer instância administrativa do Estado;
- orientação e consultoria jurídica;
- promoção extrajudicial da conciliação e da mediação quando ocorrer conflito de interesses;
- difusão do conhecimento dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- promoção das condições para o exercício das garantias constitucionais, em especial as afetas ao processo legal, ou seja, o contraditório, a ampla defesa e o direito de acesso à tutela jurisdicional;
- proposição de ações objetivando a tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais visando à preservação e reparação das violações aos direitos;
- observância dos direitos do consumidor, em especial do usuário do serviço de saúde;
- observância dos direitos da criança, do adolescente, do idoso e da pessoa portadora de deficiência. TEMÁRIO BÁSICO:

Ao final do programa, o discente deve apresentar um Trabalho de Conclusão, em forma de monografia sobre tema relativo área de atuação no NUDI.

- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito do Consumidor
- Direito Civil
- Direito Processual Civil
- Direito Comercial (obs. considerando-se o novo Código Civil)
- Direito Individual do Trabalho
- Direito Coletivo do Trabalho
- Direito Processual do Trabalho
- Direito da Seguridade Social
- Direito à Saúde

PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA PROVAS DA 1ª E 2ª FASE

PROGRAMA PARA AS PROVAS:

- Direito Constitucional
 - Direitos e Garantias fundamentais;
 - Direitos e deveres individuais difusos e coletivos;
 - Mandado de segurança individual e coletivo.

- Direito Administrativo
 - Ato administrativo;
 - Administração direta e indireta;
 - Responsabilidade civil do estado;
 - Agente público, servidor público e funcionário público;
 - Improbidade administrativa;
 - Poder disciplinar;
 - Licitações.

- Direito do Consumidor

- Proteção à saúde;
- Responsabilidade;
- Ações coletivas e individuais.

- Direito Civil

- Pessoas naturais;
- Pessoas jurídicas;
- Fato jurídico;
- Obrigações;
- Contratos;
- Responsabilidade civil.

- Direito Processual Civil

- Processo: conceito, natureza jurídica e tipos;
- Pressupostos processuais;
- Processo de conhecimento, cautelar e execução;
- Tutela antecipada;
- Ação civil pública.

- Direito Penal

- Conceitos penais aplicáveis à Saúde;
- Culpa e dolo;
- Crimes contra a administração pública.

- Direito Processual Penal

- Inquérito policial;
- Ação penal.

- Direito Comercial

- Títulos de crédito;
- Concordata e falência

- Direito Individual do Trabalho

- Princípios;
- Relação de trabalho e relação de emprego;
- Contratos: modalidades, interrupção, suspensão e cessação;
- Segurança e higiene do trabalho.

- Direito Coletivo do Trabalho
 - Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução;
 - Entidades sindicais;
 - Serviços essenciais.

- Direito Processual do Trabalho
 - Atos, termos e prazos processuais;
 - Procedimentos comum e sumaríssimo.

- Direito da Seguridade Social
 - Conceitos e princípios;
 - Previdência social.

- Direito à Saúde
 - Sistema Único de Saúde: conceito, princípios e regulamentação

Bibliografia:

Constituição Federal.

Constituição Estadual.

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883/94, 9.032/95 e 9.854/99 (Lei de Licitações e Contratos) e Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e alterações.

Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002 (Legislação sobre o Pregão) e alterações.

Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Código Civil.

Código de Processo Civil.

Código Penal.

Código de Processo Penal.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.

Legislação sobre Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde.

Código Sanitário Estadual e Código de Saúde.